

**DATAS COMEMORATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
UMA REPRODUÇÃO DE COSTUMES OU
UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PENSANTE?
“... Mas todo mundo faz essas comemorações, é um costume?”**

**Ronise Cristina Carvalho Morfim¹*

**Juciana Folster Solonca²*

**Laercio Moraes Junior³*

**Paulo Kovacs⁴*

Resumo

Este estudo, parte das reflexões que apontam uma mudança de paradigma das práticas educativas na educação infantil, que por muitos anos trouxeram como base de currículo as datas comemorativas. Ao visar um estudo sobre o assunto, desenvolve-se análises das possibilidades que se apresentam como costumes e repetições de uma educação que há muito tempo vem sendo questionada e principalmente tentando ser aprimorada. Na educação infantil, por muito tempo essas datas percorreram as propostas de trabalho e direcionaram o trabalho pedagógico, por simplesmente ser assim, um costume, sem intencionalidade, sem perceber se havia ou não um significado para a criança, protagonista do processo. Como todas as ações devem envolver as crianças, surge como perspectiva sua participação no planejamento em contraposição às pedagogias baseadas na reprodução e transmissão do conhecimento, o que traz a discussão se um currículo baseado na discussão das datas comemorativas realmente tem significado para as crianças. Lembrando que a educação brasileira vem se modificando, com leis educacionais promulgadas, além das diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. O importante é entender que a educação infantil, deve ser sim um lugar de aprendizagem para criança, lugar que proporcione o seu desenvolvimento integral, com práticas inclusivas, conscientes, transformadoras e significativas. E que seu currículo não precisa se basear em datas comemorativas sem intencionalidades e sim num currículo com a perspectiva de propiciar um ambiente favorável para aguçar a curiosidade, os questionamentos, as dúvidas, as hipóteses das crianças para que tenham valor e sejam realmente escutadas, legitimadas, respeitadas, cidadãos de direito.

Palavras chave: Educação infantil. Datas comemorativas. Currículo.

Acadêmicos do curso de Mestrado em Ciências da Educação - Unigrendal University - Unidade Santa Catarina.

¹ *roh_nise@hotmail.com*

² *jufsolonca@gmail.com*

³ *laerciomoraesjr@gmail.com*

⁴ *arcanjokovacs@gmail.com*

Introdução

O presente trabalho surgiu do sentimento de ansiedade, inquietudes e questionamentos de vários profissionais da área da educação infantil, que vivenciaram durante muito tempo em sua prática pedagógica pautada, planejada e vivenciada ingenuamente como legítima, onde o currículo era permeado pelo calendário de datas comemorativas, porém, esta prática educativa atualmente vem apresentando a necessidade de ser repensada e reestruturada com outros olhares, oriunda de novas concepções de vida e de diferentes realidades, recriando um novo currículo mais significativo e participativo e que respeite as novas demandas.

Tendo percebido essa necessidade de mudança, este artigo tem como objetivo ampliar o olhar para o currículo norteador na educação infantil, que realmente seja pensado na criança de 0 a 6 anos como um indivíduo de direitos.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de natureza teórica sobre o enfoque das datas comemorativas como parte do currículo na educação infantil na discussão de alguns autores sobre o tema. A hipótese que norteia este trabalho é questionar os profissionais da educação sobre que perspectiva o professor trabalha as datas comemorativas em seu cotidiano escolar, será que esse tema tem haver com a cultura social das crianças? O estudo realizado teve caráter teórico para aprofundar aspectos da prática pedagógica, focando nas intenções e provocações sobre o currículo norteado pelas datas comemorativas, tentando delinear caminhos e propor reflexões à prática-pedagógica na educação infantil. A teoria, nesse assunto, é levada como um instrumento para compreender e fazer pensar o diferente, orientando o trabalho de questionamento e redirecionando para o real sentido do fazer pedagógico no currículo da Educação Infantil. Desse modo, o estudo possui abordagem qualitativa, traçando caminhos na revisão de literatura para levantamento dos conceitos a serem trabalhados, seguido pela formulação de hipóteses a serem expostas. Considerando a abordagem teórica o estudo realizado observou algumas linhas de ação como o levantamento de referenciais teóricos que abordassem os conceitos relacionados ao problema em questão, a definição de referenciais centrais, a leitura e a sistematização desses referenciais, a análise e discussão sobre o tema abordado, visando oferecer contribuições e fomentar a reflexão sobre a prática pedagógica.

No estudo desse tema utilizaremos alguns estudiosos sobre tema e a partir de seus escritos delinearemos nosso estudo.

Partindo da história da Educação Infantil no Brasil, pesquisada no artigo Educando a infância brasileira de Moyses Kuhlmann, a creche surgiu como uma instituição assistencial que tinha o objetivo de suprir as necessidades da criança e de ocupar, em muitos aspectos o lugar da família. Era necessária mais mão-de-obra em função da crescente urbanização e estruturação do capitalismo e, com esse crescimento, a necessidade das mulheres sair para trabalhar e não ter onde deixar seus filhos, dando início a uma movimentação entre os operários pela reivindicação de um lugar para deixarem seus filhos, sendo assim, as creches preenchiam esta necessidade para a classe trabalhadora, tendo como objetivo o olhar e o cuidar. Essa creche sobre o olhar “apenas cuidadoso” começa a ser modificado a partir da década de 1980 quando a educação infantil passa a ter um olhar de direitos, em que independente da classe social, a educação da criança pequena é extremamente importante e que todas deveriam ter acesso a ela. E assim, em 1988, a Constituição define creche/pré-escola como direito de família e dever do Estado em oferecer esse serviço. Outro marco importante foi em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmando os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se ao ensino Fundamental e Médio.

Em 1998 o Ministério da Educação e Cultura editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país.

A Educação Infantil passa a ser vista não somente como cuidado com as necessidades básicas, mas também como caminho para descobertas e aprendizados.

Assim diz a Lei 9.131/95. Art. 3º [...] III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas propostas pedagógicas, práticas de educação e cuidados que possibilite a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. A Educação Infantil passa a ser vista não como um artigo de luxo, mas um direito a todas as crianças brasileiras.

A partir da crescente mudança de olhar sobre o aspecto histórico da Educação Infantil, podemos fazer um elo crescente da preocupação com o que se vivencia na Educação Infantil no Brasil, ou seja, com a formação de um novo currículo de aprendizagens dessa fase de desenvolvimento da criança.

Baseado nos direitos das crianças e nos documentos que norteiam a prática educativa se faz necessário, priorizar a “educação para todas as crianças”, pensando nelas e no valor cultural, político e social que cada indivíduo carrega consigo, o papel do professor em abrir um currículo que abrange toda cultura e diversidade que se traz para esse contexto, acreditamos que trabalhar as datas comemorativas no ambiente da Educação Infantil, não se faz mais necessário já que a maioria dessas comemorações é de cunho religioso ou comercial e muitas vezes desconectado com a realidade de muitas crianças.

De acordo com os estudos de Luciana Ostetto (2000) muitas das atividades trabalhadas nas datas comemorativas acabam fragmentando os conhecimentos, sendo assim, o planejamento não tem intencionalidade e a avaliação de trabalho não atende o desenvolvimento da criança, pois são atividades repetitivas e descontextualizadas. Assim revela esta estudiosa:

“Na mesma direção, podemos perceber a elaboração ou proposição de “trabalhinhos” “lembrancinhas”, dancinhas, teatros geralmente destituídos de reflexão, por parte do educador, que em momento algum pára para pensar no significado disso tudo para as crianças, se está sendo “gratificante”, enriquecedor para elas. O educador acaba sendo um repetidor, pois todos os anos a mesma experiência se repete, uma vez que as datas se repetem. Talvez uma atividade aqui outra lá, um ou outro trabalhinho seja renovado, mas o pano de fundo é o mesmo. Em relação às implicações pedagógicas, essa perspectiva torna-se tediosa na medida em que é cumprido ano a ano, o que não amplia o repertório cultural da criança. Massifica e empobrece o conhecimento, além de menosprezar a capacidade da criança de ir além daquele conhecimento fragmentado e infantilizado.” (OSTETTO, 2000, p. 04)

Quando se depara com planejamentos baseados nas datas comemorativas que todos os anos nos trazem repertórios repetitivos e atividades sem intencionalidades produtivas, a ação educativa não tem caminho a percorrer, ou seja, não amplia o acervo cultural criativo das crianças, e sim, as tornam repetidoras de ação, faltando o conhecimento de criar, de ir além do que se coloca. Fica sempre estagnado e reprodutivo.

Já a autora Eliane Pinheiro nos traz uma questão mais ampla dessa alienação cultural das datas comemorativas no currículo, ela traz a discussão o fazer do profissional da educação infantil, a acomodação da prática curricular e até mesmo o costume dessa reprodução sem necessidade de pensar em que essas datas influenciam o desenvolvimento da criança. Registra também a relação entre as comemorações e o consumismo dando exemplos atuais em que sem perceber o professor reforça o ato de exclusão social dessas crianças. Segundo a autora:

“todo inicio de ano é a mesma coisa: durante a reformulação do projeto pedagógico da escola não há espaço para um planejamento com ações voltadas a análise crítica da datas comemorativas... há escolas que planejam melhor: economizam algum tipo de verba para contratarem um Papai Noel que dê pirulitos ou comprem ovos pequeninos... quando questiono os colegas sobre a razão de ações como essas geralmente respondem que “coitados, muitos desses meninos só terão esse pequeno ovo, pois são tão pobres que não ganharão um...”. Ora! Com a avalanche de propaganda de ovos de chocolate de toda sorte, tamanho... a criança se sentirá consolada com um ovo de 50 gramas?... Sentir-se-á igualmente excluída, marginalizada, miserável” (PINHEIRO, 2010)

Percebemos que o olhar do professor no sentido de seguir o que constam os Parâmetros Curriculares Nacionais que regem o trabalho pedagógico, fica ofuscado pela repetição de sua vivencia, sem atualizar suas práticas pedagógicas a nova realidade a que estamos sendo reportados. Quando se menciona que as escolas devem ter como objetivo “a formação de cidadãos autônomos, crítico e, participativos (PCNs), precisamos repensar as práticas pedagógicas onde se reproduzem atos sem intencionalidades críticas os desconectas com a realidade que vivemos.

Outra questão colocada pela autora Roseli Fishmann a qual devemos ter respeito e consciência é sobre a imposição religiosa presentes em muitas das comemorações vivenciadas nas instituições de ensino, sendo o Brasil um país com liberdade religiosa e com direito a educação laica, conforme nos diz a constituição fica contraditório comemorar algumas datas religiosas existentes em nosso calendário, desrespeitando outras religiões existentes nesse âmbito educacional. Assim se reforça a falta de respeito e até certa imposição quando se tenta:

“submeter o outro a certa visão de fé, que não é necessariamente a dele. É ignorar, preliminarmente, a limitação humana, em especial do ponto de vista da cidadania praticada num Estado democrático laico, para pronunciar-se acerca do sobrenatural, do espiritual e do sagrado, diferentemente da possibilidade que tem de pronunciar-se acerca do tangível (FISCHMANN, 2004, p. 04).

Todas as pessoas merecem ser respeitadas em suas escolhas, e a escolha da religiosidade é uma delas, pois diz respeito a uma escolha familiar e um direito a ser respeitado como tal, cabendo a escola e papel de respeitar a diversidade e a pluralidade, não enfatizando uma ou outra prática religiosa, e sim, respeitando a liberdade de escolha de cada um.

Enfim, trabalhar as datas comemorativas conectadas ao currículo na educação infantil, como veio sendo trabalhada até a pouco tempo, ou mesmo, em muitas instituições de educação infantil ainda sendo cultivada, nos traz caminhos a pensar o que queremos ensinar as crianças? Queremos repetir o caminho de doutrinação a qual fomos submetidos por muito tempo, ou queremos criar novos caminhos, pautados na nova realidade de construir o novo. Um currículo com novas construções que valoriza e respeita o ser humano presente na natureza e na cultura, que aprende e transforma seu cotidiano com ações e experiências, com o objetivo de construir uma sociedade sustentável, humana, solidária e justa.

O desafio está nas mãos dos educadores e gestores que fazem a Educação Infantil em transformar essas comemorações em algo significativo, igualitário e produtivo para a cultura infantil, trazendo a discussão para desenvolver um trabalho planejado e bem fundamentado, onde se abandone as idéias que não acrescentam e reproduzem essas datas, e criar novos caminhos com olhar crítico, respeitoso e humanista. Como diz Paulo Freire (1992), “ninguém Revista Redin. v. 6 Nº 1. Outubro, 2017.

caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Essa reflexão fortaleceu pensar as ações excludentes a qual as datas comemorativas impõem a alguns indivíduos, seja pela religião, pela organização familiar, pelo apelo comercial ou por qualquer outro motivo. É preciso refletir, atualizar e propor inovadoras idéias que aproximem as pessoas, que amplie o olhar para o todo, que respeite e que seja respeitado, e que faça da educação uma construção de sociedade inclusiva e igualitária, rompendo as diferenças e os preconceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles; FARIA Vitória Líbia Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os elementos da Proposta Pedagógica**. São Paulo: Scipione, 2007.

FISCHMANN, Roseli. “Escolas públicas e ensino religioso: subsídios para a reflexão sobre o Estado laico, a escola pública e a proteção do direito ‘a liberdade de crença e de culto’”. **Com Ciência**, n. 56, jul. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992..

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KRAMER et ali. **Com a pré-escola nas mãos – uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1989.

OSTETTO, Luciana E. (org.) **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil: Partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

22º Seminário de Educação, Tecnologia e Sociedade
De 10 a 16 de outubro
Núcleo de Educação On-line/ NEO; FACCAT, RS

_____. **Inconstitucional: o ensino religioso em escolas públicas em questão.**

In: NOTANDUM Ano XV – n. 28 jan-abr 2012.

PINHEIRO, Eliane. **Datas comemorativas nas escolas brasileiras e alienação**, 17 nov. 2010. Disponível em: <https://caminhosuado.wordpress.com/tag/alienacao/>.